

Dívida poderá ter prazos ampliados

Bancos vão estudar com o Governo solução a longo prazo para o Brasil

Nova Iorque — Os principais bancos estrangeiros credores do Brasil estão dispostos a iniciar, no último quadrimestre deste ano, negociações com o governo brasileiro, para encontrar uma solução a longo prazo para o problema da dívida externa do País.

A notícia foi publicada na primeira página do caderno econômico do **New York Times** de ontem, em matéria relacionada com o tratamento igual concedido ao México, conforme decisão tomada anteontem pelo comitê representativo dos onze principais bancos internacionais, credores das nações latino-americanas.

Segundo a notícia do **Times**, esses bancos decidiram facilitar o pagamento dos juros dos empréstimos e da dívida do México e do Brasil, atendendo a apelo de Jacques de Larosière, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), e de Paul A. Vocker, chefe do Federal Reserve Board (FRB), o Banco Central dos Estados Unidos.

Primordialmente, de Larosière e Vocker solicitaram aos dirigentes dos bancos credores que bai-

xassem os juros e aumentassem o prazo de pagamento dos empréstimos contraídos pelo México, em face dos progressos alcançados por este país na batalha para pôr em ordem sua economia. Na mesma ocasião, também salientaram que o Brasil estava alcançando substanciais progressos nessa mesma luta, estando, portanto, a merecer a mesma consideração dos bancos credores.

Presentes à reunião fechada anualmente realizada pelo FMI, os dirigentes dos bancos credores imediatamente realizaram um encontro fechado para considerar o apelo de Larosière e Vocker. Impressionado pelos relatórios sobre os progressos alcançados pelo México e pelo Brasil, na luta contra suas dificuldades econômicas, o comitê dos bancos credores anunciou a concessão imediata de vantagens ao México e a disposição de conceder igual tratamento ao Brasil, a partir de negociações a serem realizadas depois de setembro, quando o FMI realiza sua reunião geral anual.

Conforme a matéria do jornal,

assinada por Robert A. Rennett, em ambos os casos (Brasil e México), as negociações deverão resultar em substancial redução dos juros recebidos pelos bancos, e na ampliação do tempo para liquidação das dívidas. Seria concedido igualmente um período de graça durante o qual nenhum pagamento seria feito.

O autor da matéria salienta que, mais importante, o refinanciamento abrangeria pagamentos devidos nos próximos dois anos, e talvez até mesmo aqueles a vencer nos cinco ou seis anos seguintes.

Segundo Rennett, essa decisão dos bancos credores não é apenas um reconhecimento dos esforços feitos pelo Brasil e pelo México para arrumar suas economias, inclusive adotando duras medidas recomendadas pelo FMI; revela também uma orientação nova dos principais bancos internacionais no sentido de diluir a atmosfera de crise que pairava sobre a comunidade econômica internacional. Como resultado das dificuldades econômicas das nações latino-americanas.